

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é a segunda etapa no processo de planejamento descrito abaixo, tendo como finalidade assegurar a eficiência na aplicação dos recursos públicos, bem como garantir os princípios da publicidade e da isonomia entre os potenciais participantes.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

Para atender à necessidade de fomentar o desenvolvimento econômico local por meio do incentivo à instalação, ampliação ou manutenção de empreendimentos produtivos no território municipal, foi aberto o Chamamento 021/2025, sendo a fase 1, para prospecção de mercado imobiliário buscando imóveis aptos a atender as necessidades das empresas do município.

Dessa forma, pretendendo viabilizar essa política pública, busca-se nesta fase o credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em usufruir do benefício de custeio de 50% do valor do aluguel, conforme previsto na Lei Municipal nº 2562/2021, que instituiu o Programa de Fomento à Produção no município de Dois Vizinhos.

Tal medida tem como objetivo estimular a geração de emprego e renda, promover a ocupação de imóveis comerciais e industriais ociosos, e fortalecer a economia local, garantindo maior competitividade às empresas beneficiadas. A concessão do benefício está condicionada ao cumprimento dos requisitos legais estabelecidos, assegurando transparência, isonomia e eficiência na aplicação dos recursos públicos.



2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

A Lei Municipal nº 2562/2021 dispõe sobre a concessão de auxílio aluguel no valor de 50% (cinquenta por cento), como contrapartida as empresas devem possuir/gerar e manter no mínimo 20 (vinte) empregos diretos.

Uma alternativa considerada foi a classificação de empresas por setor, porém como há diversos setores no município, a secretaria não possui pessoal suficiente para fazer esse levantamento e classificação, considerando o tempo dispendido e a necessidade de execução das tarefas rotineiras pelos servidores, se torna inviável, já que necessitaria de muito tempo dedicado para obter os resultados.

A segunda alternativa foi em parcerias com imobiliárias do município para captar as empresas que tem contratos de aluguel, de barracões com áreas aproximadas de 1.000 m² (mil metros quadrados) e 1.200 m² (mil e duzentos metros quadrados) metros e fazer visitas as empresas, mas como a Lei Municipal estipula que a empresa deve possuir/gerar e manter no mínimo 20 (vinte) empregos diretos, essa solução não seria muito eficaz, considerando que a metragem dos barracões, muitas vezes é ocupada por máquinas e equipamentos, e os empregados são poucos.

Como terceira opção a abertura de chamamento público para que as empresas com perfil exigido na legislação e que possuam interesse possam se cadastrar para obtenção do benefício, esta alternativa mostra-se como a mais rápida e eficiente para a captação das empresas que necessitam e possuem o perfil exigido.

Diante das análises, a alternativa escolhida foi a abertura de chamamento público, essa alternativa oferece maior segurança jurídica, impessoalidade e ampla publicidade, permitindo que todas as empresas interessadas possam



se cadastrar, sendo a forma mais rápida e eficiente, já que somente empresas com o perfil exigido demonstrarão interesse.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Trata-se apenas de credenciamento de empresas que possuem interesse em obter o incentivo de aluguel de barracão com área aproximada 1.200 (mil e duzentos) m², por um prazo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme a Lei Municipal nº 2562/2021 de Fomento à Produção no Município de Dois Vizinhos – PR.

Neste caso o item não terá seu fornecimento parcelado em cotas, porém todas as empresas enquadradas no Simples Nacional podem participar, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Considerando o resultado do Credenciamento nº 021/2025, no qual foi recebido apenas um credenciamento, resultando na habilitação de um único barracão credenciado.

As empresas interessadas ficarão em fila de espera, para disponibilização do incentivo conforme a disponibilidade orçamentária da Secretaria e disponibilidade orçamentária municipal.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos



documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor do incentivo de locação observada a viabilidade econômica e financeira da contratação serão remunerados no montante de R\$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos) por metro quadrado, conforme avaliações de valor de mercado obtidos no Chamamento 021/2021, por corretores de imóveis devidamente credenciados, os incentivos serão pagos por metro quadrado da área construída averbada na matrícula do imóvel, pelo período de 24 (vinte e quatro meses) conforme tabela:

Item	Descrição	Valor por m² em R\$	Valor unitário mensal (50%) em R\$	Total unitário (24 meses)	Qtde de barracão	Total estimado (24 meses)
1	Locação de barracão com tamanho até 1200 m²(mil e duzentos metros quadrados).	9,50	5.700,00	R\$ 136.800,00	1	R\$ 136.800,00
Total						R\$ 136.800,00

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Falta de empresas habilitadas			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Frustração da política pública			
Ação Preventiva		Responsável	
Ampla divulgação do chamamento		Secretaria Solicitante Departamento de Marketing	
Ação de Contingência		Responsável	
Reabertura de prazo de credenciamento		Secretaria demandante	



RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Empresas fictícias buscando apenas subsídios			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Falha na política pública			
Ação Preventiva		Responsável	
Exigência de documentos comprobatórios, certidões negativas, planos de negócios		Secretaria demandante	
Ação de Contingência		Responsável	
Análise minuciosa dos Planos de Negócios		Conselho de Fomento à Produção	

Gestão do Contrato

RISCO 2			
Descrever aqui o risco: Empresa não gerar e manter os 20(vinte) empregos diretos formais exigidos pela Lei			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Desperdício de recursos públicos			
Ação Preventiva		Responsável	
Exigências conforme Lei 2562/2021		Secretaria Demandante	
Ação de Contingência		Responsável	
Aplicação de sanções; Notificar para regularização no prazo de até 30 (trinta) dias; Suspender benefício imediatamente.		Gestor e Fiscais do Contrato	

RISCO 2			
Descrever aqui o risco: uso indevido do imóvel			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Cancelamento dos benefícios, rescisão de contrato			
Ação Preventiva		Responsável	
Regras claras e objetivas, exigência de licenças para funcionamento		Secretaria demandante	
Ação de Contingência		Responsável	
Notificar a empresa para regularização no prazo de 30(trinta) dias; Aplicação de sanções; Caso não regularize em 30 (trinta) dias, revogação do benefício.		Gestor e Fiscais de Contrato	

RISCO 3			
Descrever aqui o risco: depredação ou deterioração do patrimônio			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			



Prejuízos ao proprietário e imóvel sem condições de uso	
Ação Preventiva	Responsável
Incluir cláusulas contratuais de responsabilidade exclusiva da empresa usuária do benefício a conservação do imóvel	Secretaria demandante
Ação de Contingência	Responsável
Exigir do beneficiário reparo ou indenização integral ao proprietário e aplicação de sanções e multa	Gestor e Fiscais de Contrato

RISCO 4	
Descrever aqui o risco: empresas não cumprirem com a contrapartida do aluguel 50% (cinquenta por cento)	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Desperdício de recursos públicos e fracasso da política pública	
Ação Preventiva	Responsável
Exigir comprovação trimestral do pagamento.	Gestor e Fiscais de Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Suspensão imediata do benefício; Notificação para regularização em até 10 (dez) dias; Em caso de não regularização revogação do benefício.	Gestor e Fiscais de Contrato

RISCO 5	
Descrever aqui o risco: empresas paralisarem suas atividades	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Ineficácia da política e desperdício do dinheiro público	
Ação Preventiva	Responsável
Realização de Fiscalização periódica	Gestor e Fiscais de Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Suspensão imediata do benefício; Devolução do valor já utilizado; Revogar o incentivo; Registrar a empresa como inapta a futuros benefícios.	Gestor e Fiscais de Contrato

RISCO 6	
Descrever aqui o risco: fiscalização e controle ineficaz	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Prejuízos para a administração pública	
Ação Preventiva	Responsável
Definição de procedimentos formais para acompanhamento e fiscalização	Secretaria Demandante
Ação de Contingência	Responsável
Aplicação de advertência aos fiscais e designação de novos fiscais	Secretaria Demandante



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

Após análise detalhada das alternativas disponíveis, conclui-se que a modalidade que melhor atende a problemática apresentada e se mostra a mais vantajosa para administração pública, é o credenciamento de empresas interessadas no recebimento de incentivo de aluguel, além de estar amparada na Lei Municipal nº 2562/2021, a mesma atende aos garante a economicidade, assegura a publicidade e a isonomia, além de otimizar a execução da política pública.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

- Não poderão participar dos processos de licitação, os agentes políticos ou servidores públicos, bem como seus cônjuges e/ou companheiros, ascendentes, descendentes ou parente e afim até terceiro grau;
- Somente será admitida a participação na licitação de pessoas jurídicas legalmente constituídas;
- As empresas interessadas deverão gerar e manter no mínimo 20 (vinte) empregos diretos formais durante todo o prazo de incentivo do aluguel;
- As empresas devem apresentar Planilha Técnica Quantitativa e Qualitativa, contendo a descrição detalhada do empreendimento, o número de empregos diretos atuais, a estimativa e forma de investimento, custos e despesas da empresa, impacto ambiental, aplicação de novas tecnologias, cronograma de implantação das atividades, a projeção de crescimento e sustentabilidade do negócio, tipo de mão de obra, benefícios sociais, expectativa de crescimento, bem como o impacto tributário (recolhimento de impostos);



- A locação estará condicionada à avaliação prévia do enquadramento das atividades da empresa, para emissão do alvará de funcionamento, bem como das licenças do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária;
- A aceitação da empresa como locatária ficará a critério do proprietário, que poderá recusá-la, caso entenda que suas atividades não sejam compatíveis com o uso pretendido para o imóvel ou condominiais aplicáveis;
- A recusa também poderá ocorrer mediante manifestação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, com apoio do Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos, caso seja verificado que as atividades pretendidas contrariem normas legais, ambientais, ou a Legislação de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal, conforme a Lei nº 2.570/2021
- As empresas de Indústria, Comércio e Prestação de Serviços beneficiárias, deverão manter em seu quadro funcional um número mínimo de empregados de 80% (oitenta por cento) da mão de obra de pessoas residentes no município de Dois Vizinhos;
- A contratação de mão de obra deverá ser preferencialmente intermediada pela Agência do Trabalhador de Dois Vizinhos;
- Outras despesas e impostos ficarão a cargo da empresa beneficiária do incentivo de aluguel;
- Os interessados deverão instalar um novo empreendimento ou ampliar o já existente;
- No caso de instalação de novas empresas, estas deverão apresentar declaração, assinada pelo responsável legal, de que atenderão as exigências da Lei Municipal nº 2562/2021;
- As empresas beneficiárias deverão solicitar seu licenciamento ambiental prévio individualmente junto aos órgãos competentes.

Ainda as empresas se comprometem a:



- cumprir das demais legislações pertinentes à atividade por ela desenvolvida, especialmente as de proteção ambiental, obrigando-se ao tratamento dos resíduos industriais;
- responder por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciárias e tributários, bem como toda a responsabilidade referente as funções e desempenhos exercidos;
- efetuar o pagamento de despesas decorrentes do uso do imóvel como a energia elétrica, água, telefone, segurança e outras decorrentes da regular manutenção e funcionamento da empresa, e quaisquer outras despesas;
- Manter o imóvel segurado, com cobertura compatível ao seu uso, incluindo, no mínimo, proteção contra incêndio, vendaval e demais riscos pertinentes, apresentando ao locador, sempre que solicitado, comprovação da vigência da apólice e do pagamento dos prêmios;
- exercer atos para preservação, conservação e manutenção de bens e instalações do imóvel, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência, excetuando-se o desgaste natural de uso e as ocorrências de caso fortuito ou força-maior;
- responder civilmente e penalmente por todos os prejuízos, perdas e danos causados por si ou por seus propostos ou empregados ao imóvel;
- apresentar semestralmente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico as certidões de regularidade previdenciária, trabalhista, incluindo FGTS, Tributos Municipais, bem como as guias GFIP (substituída pela DCTWeb no âmbito do eSocial) e CAGED (igualmente substituída pelo eSocial) e;
- responder pelo pagamento de quaisquer débitos decorrentes do uso do imóvel concedido.

Cancelamento/revogação da Concessão do Incentivo

Cessarão automaticamente os incentivos concedidos quando:



- Paralisarem suas atividades por um período maior que até 30 (trinta) dias;
- Deixarem de exercer a sua atividade fim, sublocarem, arrendarem, cederem em comodato ou de qualquer outra forma transferirem a terceiros o imóvel e/ou instalações;
- For constatada por qualquer autoridade fiscal, quer do município de Dois Vizinhos ou de qualquer outro órgão governamental, a prática de atos com o intuito de fraudar a legislação fiscal ou outras situações similares visando ao não recolhimento integral ou o recolhimento a menor de tributos ou contribuições de outra natureza;
- Descumpra os prazos estabelecidos no cronograma Físico e Financeiro de Implantação do Empreendimento;
- Exerça atividade que não esteja prevista ou normatizada em lei, considerada ilegal;
- Qualquer meio que burle, viole, desrespeite ou até mesmo fraude as regras estabelecidas para o devido fim;
- Quando ocorrer o cancelamento ou a revogação do incentivo concedido, as empresas beneficiárias ficam obrigadas a restituir aos cofres públicos todos os valores já utilizados, devidamente atualizados monetariamente, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

(X) SIM

() NÃO

A exigência de estabelecimento físico se justifica, uma vez que, para usufruir do benefício, é necessário que as empresas tenham sede ou venham a abrir no município.

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica,



mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Comprovar que as empresas interessadas atendem às qualificações e exigências necessárias para a obtenção do benefício, bem como demonstrar que possuem condições de cumprir as contrapartidas estabelecidas, evitando assim descumprimentos e não conformidades com a legislação vigente.

A garantia de que as interessadas possuem a capacidade para executar o contrato com eficiência e eficácia, assegurando o cumprimento da política pública e uso adequado dos recursos públicos.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os interessados tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades exigidas, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações, e com a geração e manutenção dos empregos exigidos como contrapartida.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a eficiência da política pública.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Com a devida preocupação dos possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que



contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente, além disso as empresas devem:

- priorizar a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);
- sempre que possível adquirir produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;
- Dar preferência sempre que possível por iluminação e ventilação naturais;
- Optar gradativamente por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;
- Dar preferência a produtos e materiais com maior vida útil e menor custo de manutenção e para tecnologias e matérias primas sustentáveis, promovendo assim menos resíduos ao meio ambiente.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

Espera-se do credenciamento em questão, redução de custos, o aumento da eficiência dos recursos públicos, e a viabilização do fomento a indústria, por meio do estímulo ao desenvolvimento econômico local. Essa iniciativa visa impulsionar esse desenvolvimento, considerando que o Programa de Fomento à Produção de Empresas exerce papel fundamental na promoção e no apoio aos empreendimentos.

Busca-se ainda a partir do credenciamento em foco, promover o alinhamento com políticas públicas de desenvolvimento, considerando que a realização deste



certame está em total consonância com as políticas públicas de desenvolvimento econômico e inovação do Município, refletindo o compromisso da administração em promover um ambiente favorável ao crescimento da geração e emprego e renda dos munícipes e ao progresso social.

Assim, a realização do pretendido Chamamento Público se apresenta como uma medida estratégica e imprescindível para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do município de Dois Vizinhos/PR, proporcionando oportunidades para empreendedores locais e contribuindo para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para toda a comunidade.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A concessão do benefício de aluguel será conforme interesse e disponibilidade orçamentária municipal, e após análise e aprovação pelo Conselho de Fomento à Produção do município de Dois Vizinhos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais



Gestor:	Irival Di Domenico
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Ademir Sbardelotto
Fiscal Técnico:	Marcus Glauco Faria de Sant'anna
Suplentes:	Volmar Fernando Girardi

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Esta contratação trata-se de uma complementação do Chamamento nº 021/2025, que teve por objetivo a captação de imóveis com condições de atender às necessidades e exigências estabelecidas.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O referido Chamamento Público não foi previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, uma vez que o benefício tornou-se viável, somente após a sanção da Lei Municipal nº 2843/2025, em 25 de fevereiro de 2025, a qual alterou o número mínimo de empregos exigidos para o mínimo de 20 (vinte) empregos diretos.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- () Global
 () Lote(s) de Itens
 (X) Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- (x) Bens e serviços comuns
 () Bens e serviços especiais
 () Serviço comum de engenharia



- () Serviço especial de Engenharia
- () Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia além da garantia de execução, como a comprovação de experiência em atividades similares ou a apresentação de documentos que demonstrem a capacidade financeira da empresa.

Além do mais as empresas precisam cumprir com a contrapartida exigida pela Lei Municipal 2562/2021, que é gerar e manter no mínimo 20 (vinte) empregos diretos.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Após análises, conclui-se pela viabilidade da contratação, por meio de Chamamento Público, pois se apresenta como uma medida estratégica e imprescindível para impulsionar o desenvolvimento econômico e social de Dois Vizinhos/PR. A iniciativa visa proporcionar oportunidades aos empreendedores locais, fomentar a geração de emprego e renda, além de contribuir para a construção de um futuro mais próspero para toda a população. Ademais, a



contratação assegura a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☐ Pregão, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☒ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☐ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

() maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

() Aberto

() Fechado

() Aberto e Fechado

() Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

() SIM

(X) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(X) Recursos Próprios

() Recursos Estaduais

() Recursos Federais

Dois Vizinhos, 7 de novembro de 2025.

Suzane Cordeiro Ferreira

Matrícula 16446-1

Responsável pela Elaboração do ETP



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4D49-EC10-B059-0510

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SUZANE CORDEIRO FERREIRA (CPF 052.XXX.XXX-18) em 10/11/2025 12:27:20 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ IRIVAL DIDOMENICO (CPF 082.XXX.XXX-21) em 10/11/2025 12:28:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VOLMAR FERNANDO GIRARDI (CPF 380.XXX.XXX-71) em 10/11/2025 12:30:16 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 10/11/2025 12:37:37 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ADEMIR SBADERLOTTO (CPF 645.XXX.XXX-34) em 10/11/2025 12:43:31 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCUS GLAUCO (CPF 017.XXX.XXX-00) em 11/11/2025 07:19:16 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/4D49-EC10-B059-0510>